

MIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E IDENTIDADES: A IDEOLOGIA DO PROGRESSO, NA COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

MAURÍCIO DEZORDI*

RESUMO

Este artigo pretende discutir o fluxo migratório, no contexto de colonização do município de Matelândia no oeste do Paraná nas décadas de 50 e 60, investigando a presença de fronteiras étnicas e o discurso modernizador centrado na imagem do trabalhador migrante “sulista” na colonização do oeste do Paraná. Vou discutir a questão da imigração sulista na década de 50 e de trabalhadores provenientes do norte do Paraná e de outros estados do sudeste e nordeste brasileiro denominado “nortista” na década de 60 presentes na colonização. Considerando que a estrutura agrícola familiar dos imigrantes europeus que posteriormente alguns se estabeleceram, nos estados do Rio Grande do Sul, e Santa Catarina, estava baseada em pequenas propriedades agrícolas familiares. Esse modelo atendia aos interesses econômicos dos sócios das companhias colonizadoras e do Estado interessado em “povoar e colonizar” a região Oeste do Paraná.

Palavras-Chave: Migração, colonização, Progresso.

ABSTRACT

This article discusses the migration in the context of colonization of the municipality in western Paraná Matelândia in the 50s and 60s, investigating the presence of ethnic boundaries and the modernizing discourse centered on the image of the migrant worker “Southern” in the settlement of the West Paraná. I will discuss the issue of immigration insouthern50sand workers from the north of Parana and other states in the south eastern and northeastern Brazil called “Northern” in the 60present in the colonization. Where as the family farm structure of European immigrants who settled later some in the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, was based on small family farms. This model served the economic interests of members of the colonizing companies and the state interested in “populate and colonize” the western Paraná.

Keywords: Migration, Colonization, Progress.

* Licenciado em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e especialista em história do Brasil, pela Unimeo, de Assis Chateaubriand. Atualmente é mestrando no programa de mestrado stricto sensu, em Sociedade Cultura e Fronteira, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu. E-mail: cacokillerpl@yahoo.com.br

É pertinente questionar por que as pessoas migram ou imigram? É uma pergunta instigante, também feita por Klein, em *Migração Internacional na história das Américas*. Há vários motivos que levam as pessoas a migrarem e imigrarem: questões sociais, culturais, religiosas, guerras, porém o principal fator, também mencionado por Klein, é o econômico. No caso da imigração de cidadãos alemães e italianos para o Brasil, existiam fatores que exerceram forças de atração e repulsão no contexto econômico, político e social da segunda metade do século XIX, e incentivou a vinda de imigrantes. Analisando a migração a partir de uma perspectiva econômica, com base nas discussões de Klein, percebe-se que a realidade econômica e trabalhista da Europa era diferente da perspectiva americana. “O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho.”¹ Além do excesso de mão de obra, o crescimento demográfico e aumento dos latifúndios e minifúndios também eram questões preocupantes. Considerando ainda a estrutura econômico-familiar estratificada dos imigrantes e a questão da divisão de terras repassadas aos descendentes dessas famílias como herança, a situação, no mínimo, estava se tornando complicada. Um paradoxo importante é apontado por Klein em relação a essa questão, e poderíamos até defini-lo como lei da oferta e procura. Considerando que, na Europa, a terra era “cara” e a mão de obra “barata”, na América, principalmente no Brasil, havia uma grande oferta de terras relativamente mais “baratas”, mas a mão de obra custava alto aos proprietários que dela necessitassem.

É pertinente ressaltar os interesses socioeconômicos do governo brasileiro no final do século XIX, o “discurso racial” e a política de subsídios à imigração de Europeus ao Brasil. Segundo Koselleck “o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida cotidiana e que antes não existiam”.²

Nessa perspectiva, o discurso progressista estaria fundamentado na expectativa construída em torno dos possíveis benefícios que a imigração pudesse trazer para os interesses político-econômico-sociais das classes dominantes que dirigiam o Brasil ao final do século XIX. Assim, o objetivo desse artigo é compreender a presença de fronteiras étnicas na colonização do município de Matelândia no início da década de 50, e a sua possível relação com o discurso do “progresso”, difundido pelo Estado. No contexto da colonização do Oeste do Paraná nas décadas de 50 e 60, a preferência das companhias colonizadoras em atrair para suas áreas descendentes de italianos e alemães poderiam ter fundamento na expectativa de desenvolvimento dessas regiões, baseando-se no crescimento que tiveram algumas colônias colonizadas por esses imigrantes no Sul do Brasil, ao final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, a ação das companhias colonizadoras em favorecer a imigração “sulista” para o Oeste do Paraná poderia estar relacionada à política de incentivos do Estado ao desenvolvimento da monocultura. E ainda se haveria alguma relação com o discurso do progresso perpetuado nas décadas 50 a 70 no Brasil, mais especificamente regiões recentemente colonizadas no início das décadas de 50 e 60 no Oeste do Paraná.

1 KLEIN, H. S. *Migração internacional na História das Américas*. In FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p.15.

2 KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto editora Ltda, editora PUC- Rio, 1979. P.317.

Imigração Europeia no Brasil

Antes do estabelecimento desses colonos enquanto arrendatários ou proprietários de terras, majoritariamente, os primeiros fluxos migratórios de alemães e italianos, no século XIX, com destino ao Brasil, destinavam-se ao trabalho braçal nas lavouras de café nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em sua maioria. Embora o Brasil não fosse o único destino de boa parcela desses imigrantes, o país era um dos maiores receptores de mão de obra assalariada estrangeira proveniente, inicialmente, da Europa, e, legalmente, da Ásia a partir de 1907. Mas por que a mão de obra do imigrante Europeu e, posteriormente, do imigrante asiático se tornou tão importante para os interesses econômicos do Brasil? No contexto do século XIX, já em meados de 1850, a aprovação de leis abolicionistas, como a lei *Bill Aberdeen* (1845) e a lei do ventre livre (1871), já impunham dificuldades aos grandes cafeicultores paulistas em recrutar mão de obra escrava para o trabalho nas lavouras de café. Justamente em um período em que aumentava a demanda pela produção e exportação do café brasileiro, sendo considerado o principal produto de exportação brasileiro na época, atentando para o fato de que o cultivo e o comércio do café eram “controlados” por uma “elite cafeicultora”.

Com base nas reflexões de Klein, compreende-se que a adoção de políticas imigratórias pelo governo brasileiro partiu de dois argumentos justificados por interesses antagônicos. O argumento trabalhista surgiu diante da necessidade de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada imigrante, devido, principalmente, às barreiras impostas ao tráfico e comércio de escravos e à necessidade de trabalhadores braçais para as lavouras de café, em alternativa ao trabalho escravo que já se mostrava “inviável”.

Essa mudança não se efetivou em virtude somente de questões econômicas, e naturalmente ocorreu forte “resistência” inicial da elite escravista em aceitar esse novo modelo de trabalho, considerando o aumento da necessidade de mão obra livre após a promulgação da lei Áurea de 1888, e a possível dificuldade de relação entre o trabalhador imigrante e alguns cafeicultores acostumados ainda ao sistema de trabalho escravo.

No processo dessa mudança, ocorreu também a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, imposta pela sociedade elitista brasileira da época aos escravos libertos. Este cidadão que, após ganhar a liberdade, encontrava dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, e, em alguns casos, não era aceito ou não queria mais trabalhar nas fazendas dos seus antigos “proprietários”. Por outro lado, segundo Klein, mesmo com salários relativamente mais baixos aqui no Brasil, em comparação com os da Europa, “havia a existência competitiva dos trabalhadores negros livres”³. Além da dificuldade de adaptação a uma nova cultura e sistema de trabalho, imigrante enfrentava a “concorrência” com trabalhadores livres.

Não era somente a propaganda veiculada e os incentivos políticos que motivaram a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e ao continente Americano de modo geral. Havia ainda motivações econômicas e trabalhistas na Europa que justificavam a vinda de imigrantes italianos, alemães, espanhóis e de outras etnias, além de asiáticos, posteriormente, para o Brasil. Os baixos salários pagos nos seus países de origem, as estruturas familiares estratificadas e a questão da divisão de terras entre os filhos dessas famílias, tornava a situação complicada. A relativa facilidade de acesso a terra e a possibilidade de retorno ao país de origem em melhores condições financeiras motivaram a imigração. Vale lembrar que várias famílias migraram não somente devido à política de subsídios do governo brasileiro,

³ Idem. P.25

mas também devido a políticas de reforma política e econômica de cunho nacionalista, como a unificação alemã e italiana no século XIX.

A outra justificativa para a imigração europeia para o Brasil era a questão racial que gerou um conflito de interesses entre a necessidade de mão de obra para a economia cafeeicultora e a política de “branqueamento” racial no Brasil. O sentimento de diferenciação étnico-racial tem forte influência das políticas de eugenia racial na tentativa de construção de uma identidade nacional brasileira. Esse debate se tornou muito forte na segunda metade do século XIX com as correntes imigratórias, em virtude da política de branqueamento da “nação” brasileira, e que atendesse às necessidades de mão obra do Brasil. Esses argumentos estavam respaldados pela política de “branqueamento racial” no Brasil, ainda no século XIX, uma vez que havia preferência da elite nacional pelo elemento étnico “europeu” gerando desaprovções e divergências dos literatos.

Outro argumento é descrito por Vainer, em *Estado e Migração no Brasil: Da imigração à emigração*, que é o conceito de assimilação, que teve o respaldo do governo brasileiro. Ainda como apontado por Vainer, segundo o *Conselho de Imigração e Colonização*, em 1940, devia-se evitar os elementos indesejáveis de difícil assimilação e “promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do País”. 4 (VAINER, 1995).

Não há definição convicta em relação ao conceito de raça, por ser um conceito “subjetivo” e de múltiplas interpretações, segundo Renan em *“Que é uma Nação”*, a ideia de raça pura é um mito. Já para Barth em *Grupos étnicos e suas fronteiras*⁵, a raça é uma categoria que se cruza com nação, classe social, etnia e grupos sociais. E a *etnia* é uma categoria criada pelos antropólogos para desmembrar o termo etnia de raça, devido, possivelmente, a esta justaposição de valores ligados ao conceito de raça. Já *grupo* étnico, de acordo com Cunha, “seria, então, aquele que compartilharia valores, formas e expressões culturais. Especialmente significativa seria a existência de uma língua ao mesmo tempo exclusiva e usada por todo o grupo”.⁶

Com base nas discussões de Klein, compreende-se o discurso racial brasileiro no século XIX, enquanto uma construção, de uma minoria da elite, por sua vez ligada ao governo imperial e aos grandes latifundiários. Construção baseada no processo colonizador, que descaracterizava o elemento indígena e o trabalhador negro. Conseqüentemente o mestiço, na categoria de trabalhador livre no Brasil, também era desqualificado, e historicamente esse discurso favorecedor de determinados grupos, em detrimento de outros possivelmente continuou sendo empregado posteriormente na qualificação do “trabalhador ou migrante nortista”.

No contexto do século XIX, é notória na política imigratória brasileira a adoção de um discurso de valorização do imigrante europeu visando atrair mão de obra para trabalho nas lavouras de café. Tendo como base a política de subsídios do governo brasileiro que incentivava a imigração preferencialmente de europeus ao Brasil, Albuquerque descreve.

4 (Conselho de Imigração e Colonização, 1949, p.7 – grifo nosso). Apud. VAINER, Carlos B. *Estado e migração no Brasil: Da imigração a emigração*. In PATARRA, N. *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995.

5 BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P., STREIFFENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

6 CUNHA, Manuela, C, Da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 ed. 1986.p. 114-115.

Nesse cenário, os conceitos de raça, nação, civilização, trabalho e desenvolvimento se combinam e impulsionam diversas formas de discriminação. Nessa perspectiva, os europeus brancos são os portadores da civilização e do progresso, pois têm uma maior capacidade de trabalho, enquanto os negros, índios e mestiços americanos simbolizam o atraso, a barbárie e a preguiça.⁷

Segundo Klein, as famílias eram predominantes entre os grupos imigrantes, não somente entre italianos e alemães, mas também entre espanhóis, portugueses e, posteriormente, asiáticos. Destacam-se os imigrantes japoneses que vieram trabalhar, inicialmente, na cafeicultura, e “rapidamente” estabeleceram colônias no Brasil, apesar das restrições impostas à imigração pelo governo japonês, que cedeu após ampla reforma interna na sua política de governo e abertura comercial, e também pelo governo brasileiro que, preferencialmente, favorecia a imigração de europeus, devido à sua política imigratória de subsídios à imigração dessas famílias.

Essa primeira fase do movimento de imigração de italianos e alemães perdurou até meados de 1902, com o fim da vinda subsidiada de imigrantes para o Brasil, proibida pelo governo da Itália. Por esse fato e a recorrente necessidade de mão de obra para as lavouras de café, o governo brasileiro se “obrigou” a abrir as portas para os imigrantes japoneses. Após rodadas de negociação, no ano de 1908, chega o primeiro grupo de imigrantes japoneses ao Brasil, direcionados, quase que exclusivamente, às grandes lavouras de café. Segundo Vainer, o imigrante japonês era considerado um ótimo trabalhador, embora fosse um imigrante de difícil assimilação devido ao fator linguístico e cultural muito diferente da cultura e língua encontradas no Brasil.

A estrutura agrária familiar, e as colônias de imigrantes no Sul do Brasil

Embora alguns dos imigrantes europeus que vieram ao Brasil tenham retornado ao seu país de origem, muitas famílias de imigrantes alemães e italianos, em meados do final do século XIX, fixaram residência em território brasileiro. Nesse ponto, é válido diferenciar o imigrante europeu que veio ao Brasil no século XIX atraído pela política de subsídios para trabalhar nas lavouras de café, do imigrante europeu que fixou residência estabelecendo-se no Sul do Brasil. Essas famílias instalaram na região sul do Brasil preferencialmente, devido ao clima semitemperado ser mais ameno e se assemelhar ao clima europeu, dos seus locais de origem.

Na região Sul do Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a formação de colônias com a vinda de *imigrantes colonos*, onde tiveram espaço para reproduzir o seu modelo de trabalho e a divisão do labor em propriedades voltadas, inicialmente, à produção agrícola policultora. Inicialmente, as propriedades agrícolas dos imigrantes no Sul do Brasil estavam voltadas à subsistência local, embora o interesse do governo brasileiro no estabelecimento de colônias de imigrantes no Sul do Brasil estivesse voltado à produção de gêneros alimentícios que pudessem garantir o abastecimento do mercado interno.

Em outras palavras, com o crescimento das colônias, o valor de uso da mercadoria

7 ALBUQUERQUE, José. L. C. *A Dinâmica das fronteiras. Os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai*. São Paulo: Annablume. 2010, p. 163-164.

voltada à subsistência, passou a existir enquanto valor de venda, atendendo às necessidades do mercado e, conseqüentemente, sofrendo com as suas oscilações econômicas. Considerando que, segundo Marx no livro *O capital*, o valor da mercadoria é determinado pelo tempo necessário para se produzir esse produto, embora, no contexto sul brasileiro, esse produto possa sofrer alterações devido às oscilações dos valores no mercado consumidor. Devido ao crescimento das colônias, mudanças ocorreram não somente nos meios de produção; as colônias mais próximas de estradas e, principalmente, de ferrovias experimentaram um significativo aumento populacional e um desenvolvimento econômico de todo o mercado produtor e consumidor.

De acordo com Schallenger, com a lógica de acúmulo de produção aliada à maior demanda do mercado consumidor, essas colônias teoricamente “favorecidas” com a proximidade de ferrovias e portos tiveram que se adequar ao mercado consumidor. É importante frisar que a criação de ferrovias e sistemas logísticos que garantissem um escoamento da produção econômica próximo a essas colônias e centros urbanos em desenvolvimento, deve-se a interesses dos grupos políticos dominantes instalados no Estado visando garantir melhor abastecimento de outras regiões do Brasil.

A necessidade de transformar a agricultura numa atividade geradora de bens que permitissem ganhar a vida e garantir um espaço vital para os filhos colocou o agricultor diante do dilema do endividamento para poder sobreviver, distanciando-o, de certa forma, da propriedade e do controle do seu trabalho e da sua produção.⁸ (SCHALLENBERGER, P.135-136 2009)

Desse modo, a produção excedente voltada à necessidade familiar de adquirir mais propriedades para os descendentes, cedeu lugar a um modo de produção voltado a suprir às necessidades do mercado agroexportador. Segundo Schallenger, a formação da comunidade e o desenvolvimento tecnológico visando um aumento da produção tinham por finalidade também a afirmação e reconhecimento dessas sociedades enquanto grupo social perante o Estado. Preservando a cultura e o “estigma” de trabalhador, esses colonos tinham no modelo de trabalho familiar a sua forma de reconhecimento enquanto grupo social, perante o Estado e a sociedade no geral.

Essas considerações são importantes para entender a estruturação e aplicação do trabalho familiar trazido da Europa e praticado pelos imigrantes alemães e italianos no sul do Brasil no início do século XX. Contudo, pergunta-se, a estrutura familiar e o sistema de trabalho nessas colônias imigrantes seriam a base em que se fundamentou o discurso de “progresso” na imagem do colonizador? Ou questões relativas à identidade e à cultura dos colonos imigrantes se constituíram em elementos fundamentais na compreensão do fenômeno de “construção de fronteiras étnicas” na colonização de Matelândia e de outras cidades no oeste do Paraná nas décadas de 1950 e 60?

As colônias de imigrantes e as fronteiras étnicas

Dentre os italianos que ficaram no Brasil, vários, posteriormente, se tornaram proprietários de terras, ou foram para as cidades e cresceram na indústria. No caso dos

⁸ SCHALLENBERGER, Erneldo. *Associativismo Cristão e Desenvolvimento Comunitário: Imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2009. p.135-136.

alemães, o fator a chamar a atenção é a característica desse grupo étnico de viver em sociedades “distintas e homogêneas”. Com base nas discussões levantadas por Sayad em *O que é um imigrante*, a existência do imigrante estaria condicionada ao trabalho, a imigração seria considerada um elemento provisório na sua razão de existir. Porém, ele precisa do trabalho e o trabalho dele o identifica, não deixando de ser um paradoxo. Para Sayad, a imigração pode ser entendida enquanto um problema social, e mais, o discurso sobre o imigrante é um discurso imposto, ainda segundo Sayad: “E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social”.⁹

Com base em Barth em *Grupos étnicos e suas fronteiras*, compreende-se que havia “mecanismos culturais” que permitiram esse processo de assimilação cultural e étnica dos imigrantes no Brasil. Embora as questões discutidas por esses autores estejam relacionadas a outros grupos e contextos históricos, é interessante se apropriar dessa discussão de modo a entender de que maneira, ou como as colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina preservaram boa parte de sua cultura e língua como forma de autoidentificação e reconhecimento de sua etnia ou identidade. Em muitos casos, embora a nacionalidade dos descendentes desses imigrantes seja brasileira, havia fortes laços de ligação com a cultura, a língua e os costumes alemães ou italianos, respectivamente, nessas colônias. Nessa perspectiva, com base das discussões de Banton em *A ideia de raça*, é pertinente destacar que a questão linguística e a cultura comum nessas comunidades contribuíram para a formação e diferenciação desses grupos.

Posteriormente, o trabalhador “sulista”, como ficou conhecido popularmente, se fundamentou numa imagem e discurso valorativo desse trabalhador familiar, classificando e estigmatizando a imagem de outros sujeitos que também tiveram sua participação no processo de colonização do Oeste do Paraná e de outras regiões em meados das décadas de 1950 e 1960. Partindo dessa premissa, é possível perceber a presença de fronteiras entre grupos de etnias diferentes no mesmo espaço colonial, considerando os movimentos e fluxos migratórios para o oeste do Paraná em 1950 e 1960. Banton discute também em *A ideia de raça* a existência de dois tipos de fronteiras em diferentes grupos étnicos e sociedades, as *fronteiras de inclusão* e as *fronteiras de exclusão*.

(...) Há duas fronteiras, uma de inclusão, refletindo o reconhecimento que os membros da minoria têm um dos outros como pertencentes a uma unidade, e uma de exclusão que reflete o modo como a seção mais poderosa da população define uma categoria social menos poderosa como um grupo que deve ser posto de lado (e que pode ser uma maioria numérica).¹⁰

Considerando alguns aspectos já levantados, será possível que tenha ocorrido “estigmatização” ou valorização de determinado grupo de sujeitos em detrimento de outros? No processo de colonização do oeste do Paraná, existiram outras fronteiras além de fronteiras geográficas? Embora Banton traga uma discussão mais relacionada às minorias e maiorias étnicas, é possível elencar elementos dessa discussão entre a relação de pertencimento dessas pessoas a determinado grupo social ou etnia e as comunidades italianas e alemãs no sul do

9 SAYAD, A. “O que é um imigrante?” e “O ‘pecado’ da ausência ou os efeitos da emigração”. *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Ed USP, 1998. p.56.

10 BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins fontes, 1979 [1977]. (VIII, “Etnogênese”, p. 153-173). p.197.

Brasil no início do século XX. A formação dessas comunidades e a forma de reconhecimento de seus membros enquanto pertencentes à determinada cultura ou etnia já criam uma categoria de fronteira. Entre os migrantes e, posteriormente, descendentes de alemães e italianos é muito presente a formação dessas comunidades urbanas e rurais, especialmente nas décadas de 1910 e 20, quando há interesses em “comum”, ou ainda adquirem consciência de si mesmos. Possivelmente, está relacionado ao que Banton escreve, ao fazer uma citação de Epstein:

À medida que se formam novos grupos, os seus membros adquirem uma nova consciência de si mesmos como membros destes grupos, compartilhando interesses comuns com os outros membros e reconhecendo que estão em oposição a grupos cuja existência não conheciam anteriormente.¹¹

Já de acordo com Vainer, até o início do século XX, a principal preocupação do governo brasileiro em relação aos imigrantes era atrair essa mão de obra. Posteriormente, no contexto da década de 1930, essa relação se tornará complicada. Em virtude, principalmente, da política nacionalista do governo Vargas, o governo brasileiro começará uma política de promoção da assimilação desses elementos e controle dos chamados “*kystoethnics*”.

Essa preocupação com a presença desses grupos, ou sociedades de imigrantes, que compartilhavam a mesma língua e cultura surgiu em virtude da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas nas décadas de 30 e 40. Na visão do governo, esses grupos representavam um “perigo” à soberania da “nação”, uma vez que representavam outros países, culturas e costumes dentro de outra nação, em locais considerados território nacional. Soma-se a isso as repercussões políticas e sociais dos anos 30, no Brasil e no mundo, como a ascensão do nazifascismo, a presença de grupos e partidos comunistas, como o partido comunista brasileiro (PCB) e a aliança integralista brasileira (AIB), inspirados nos partidos autoritários nazifascistas da Europa e, por fim, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, após rodadas de negociações comerciais e políticas e “barganha” do governo de Getúlio Vargas junto ao governo dos Estados Unidos.

Seguindo uma política de nacionalização desses grupos sociais, imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses foram vigiados e cerceados pela polícia política do governo Vargas. Os principais alvos foram justamente os chamados “quistos étnicos”, as colônias de imigrantes e descendentes. Esses sujeitos foram proibidos de falar outra língua se não a portuguesa. Igrejas e escolas que ensinavam em outro idioma tiveram que se adaptar ou eram fechadas. Há relatos até de que livros em alemão, italiano e japonês, foram queimados durante esse período de entre guerras, ação legitimada pela política nacionalista do governo de Getúlio Vargas nas décadas de 30 e 40. De acordo com Banton, “as bases das fronteiras inclusivas são, regra geral, as crenças sobre a nacionalidade comum, a mesma etnia e a mesma religião. As crenças acerca da raça serviram, frequentemente, de base para a formação de fronteiras exclusivas”.¹²

Nessa perspectiva, é notória a presença de fronteiras inclusivas nas colônias e vilas compostas, em sua maioria, por imigrantes estrangeiros, considerando a origem comum e a etnia. Já quanto à religião e raça, é, no mínimo, contraditório dizer que é unânime entre todas essas sociedades a ideia de que compartilhavam uma religião ou raça em comum,

11 Idem. p.193. Apud. EPSTEIN. (1958:231-40).

12 Idem. p. 197.

considerando a grande diversidade religiosa, mesmo em grupos sociais que têm a mesma nacionalidade ou etnia em comum. A questão da miscigenação dos sujeitos de diferentes etnias e a influência da sua cultura e modo de vidas locais, características pessoais de cada grupo, demonstra a diversidade, ainda que compartilhem a mesma língua. Se, por um lado, pode ocorrer a perda de certas características culturais e tradições por conta desse processo, por outro, o apelo à identidade desses grupos migrantes permite reforçar a questão cultural nessas pequenas comunidades, seja nos costumes ou valores transmitidos aos descendentes, fenômeno característico de comunidades imigrantes como forma de preservação dos costumes e “identidade cultural” desses sujeitos. Claro que existiam grupos “extremamente homogêneos” em muitos fatores, e a preservação da língua, cultura e determinados valores também pode ser considerada uma característica de fronteira de inclusão.

Por outro lado, em referência às discussões de Banton, em relação aos grupos políticos na Europa que, embora sendo minorias, se ergueram em virtude dos seus interesses, mesmo sendo uma minoria étnica, o que é perceptível em alguns países, a questão do isolamento geográfico de alguns grupos ou comunidades, assim como seu modo de vida, também pode ser considerado um exemplo de fronteira de inclusão que remete também a uma fronteira de exclusão.

Contudo, a inserção desses produtores no mercado local submeteu os pequenos produtores à necessidade de acúmulo de produção que garantiria a manutenção da propriedade e da terra para seus descendentes. Segundo Gregory no livro *Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*:

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e a de seus descendentes aconteceram por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terras.¹³

Com base nas considerações de Gregory, é pertinente destacar a importância para o colono, descendente de imigrantes, da condição de ser dono de propriedades ou de possuir um pedaço de terra. Além de garantir um meio de “sustento” para as próximas gerações, essa lógica estava vinculada à importância que o trabalho tinha para esses sujeitos. Possivelmente, essa valorização do trabalhador vinculada à ideia da relação entre trabalho, terra e produção econômica tenha valorizado a imagem do produtor rural imigrante no sul.

Com o fim das sesmarias a partir da regulamentação da lei terra de 1.850, as terras só poderiam ser adquiridas por meio de compra, o que gerou especulação das terras agricultáveis no sul do país, fazendo-as serem entendidas não apenas enquanto um bem de valor de uso, mas uma propriedade privada adquirida por meio da compra. Seguindo essa lógica, os sócios investidores apostavam na especulação e valorização das terras recém-colonizadas, a partir do valor de uso e posse que a terra adquire, visando lucros posteriores com a sua venda. Já em meados de 1930, as terras agricultáveis nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina começaram a diminuir, considerando a menor disponibilidade de terras e a maior demanda por aumento da produção exigido pelo mercado, aliado à questão da herança familiar considerando a grande quantidade de filhos por família, que foi outro fator que contribuiu para o rápido esgotamento das áreas de terra produtivas dos dois Estados.

¹³ GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná. (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste. 2008, p.51.

A colonização de Matelândia e do Oeste do Paraná

A história de ocupação e exploração econômica da tríplice fronteira, onde atualmente está localizada a cidade de Foz do Iguaçu, a exemplo de boa parte da região Oeste do Paraná, é repleta de contradições. Ao final do Século XIX, ainda no governo imperial, cresceu o debate relacionado à questão da soberania nacional nas fronteiras e a importância da construção de uma base militar avançada no Oeste do Paraná, em uma região considerada estratégica e, até então, considerada “desabitada” na visão dos militares e políticos que ignoravam ou desconheciam a presença indígena na região.

Na história das migrações e ocupação do território paranaense, o elemento indígena, muitas vezes, representava um empecilho à política de povoamento e estabelecimento de fazendeiros e criadores de gado nos campos gerais, território original de algumas etnias indígenas que foram, de certa forma, “acuadas” para o interior do Estado. Além da presença indígena, ainda no século XIX, é notável a presença de ervateiros e madeireiros estrangeiros no extremo Oeste do Paraná, que aproveitavam o leito navegável do rio Paraná para o transporte e comércio da madeira extraída e da erva mate cultivada na região.

De acordo com a discussão de Miskyw em *A fronteira como destino de viagem: A colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)* para a surpresa dos membros da primeira expedição recrutados para a missão de exploração e estabelecimento da colônia militar em Foz do Iguaçu, já no Oeste do Paraná, os militares se deparam com picadas abertas por trabalhadores ervateiros que já habitavam e trabalhavam na região. Este fato serviu de respaldo para justificar a presença militar na região e legitimar ações visando salvaguardar a soberania das fronteiras brasileiras e controle sobre essas terras, considerando que alguns desses empreendimentos ervateiros estavam nas mãos de proprietários estrangeiros que exploravam a mão de obra estrangeira dos chamados “mensur”, nas atividades laborais de cultivo de erva-mate.

A presença de paraguaios naquela porção do território paranaense assinalava a precariedade (ou ausência) do domínio sobre as terras que estavam a percorrer. Para os militares, a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu iria por fim à exploração dos ervais e das florestas a Oeste dos campos de Guarapuava.¹⁴(MISKYW, p.138-139. 2009)

Ainda no contexto das décadas de 10 e 20, há relatórios e bibliografias que demonstram as dificuldades para o estabelecimento e estruturação da *colônia militar de Foz do Iguaçu* na região da tríplice fronteira. Colodel, no livro *1960 Obrages e companhias colonizadoras*, menciona as dificuldades relatadas pelos primeiros moradores da colônia militar de Foz do Iguaçu, principalmente devido à distância e escassez de materiais e comida e precário estado das estradas de acesso que dificultavam a comunicação e o envio de recursos, favorecendo o isolamento da colônia.

Essa escassez de recursos enviados pela sede da comissão e do exército em Guarapuava obrigava os primeiros moradores a depender muitas vezes do monopólio empregado por comerciantes argentinos e paraguaios, comerciantes estrangeiros que se

14 MISKYW Marcos. *A fronteira como destino de viagem: A colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*. Niterói/RJ: 2009. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense. p.197.

aproveitavam da falta de fiscalização por parte do governo brasileiro e da falta de recursos dos primeiros moradores de Foz do Iguaçu, vendendo mantimentos acima do preço normal praticado nos grandes centros urbanos, além de propositadamente atrasar a entrega de recursos.

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais no pós Segunda Guerra Mundial. Esses fatos foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região.¹⁵

De acordo com Colodel, no livro *Matelândia: História e Contexto*, e Wachowicz, em *Obrageros Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense* é importante destacar o processo de compra de terras do Estado do Paraná, sendo os imóveis (glebas) *Ochohye Passo Cuê* adquiridos por alguns membros da família *Matte*, considerando que as terras compradas abrangiam uma ampla área, inclusive onde está localizado atualmente o município de Matelândia, pertencente à pessoa de Miguel Matte até meados do início da década de 40, como destacado pelo historiador Wachowicz, em *ObragerosMensus e Colonos: História do Oeste Paranaense*.

Este último organizou a Companhia Florestal do Paraná S/A., com sede em Foz do Iguaçu, a fim de explorar e colonizar a região, como previam os contratos com o Estado do Paraná. Em 1924, Miguel Matte, contraiu, com a firma argentina Alfredo Giambelli e Cia., sediada na cidade de Rosário, um empréstimo de 100 mil pesos. Para dar cobertura a esse empréstimo, foram dados sob hipoteca os imóveis 'Ochoy e Passo Cuê' o primeiro adquirido em 1922 e o segundo em 1923 do Estado do Paraná, figurando como adquirente, Raimundo Picolli.¹⁶

Nesse contexto, Miguel Matte tinha planos de colonizar essas terras que comprou do governo. Para prevalecer esse empreendimento, de acordo com Colodel e Wachowicz, ele procurou trazer várias famílias de colonos, vindos do Rio Grande do Sul, com o intuito de se instalar nessas novas terras, desbravar e produzir. Tomando por base o mesmo sistema agrário de cultivo familiar de subsistência característicos dos imigrantes. Entretanto, o empreendimento não prosperou, sobretudo devido ao isolamento das famílias que aqui se instalaram e a dificuldade de comunicação e obtenção de recursos para crescimento das propriedades. Desse modo, devido a essas dificuldades para a colonização, o empreendimento fracassou, com muitas dessas famílias indo embora para outras localidades mais povoadas ou retornando ao Rio Grande do Sul, e as terras pertencentes a Miguel Matte foram hipotecadas, devido ao seu endividamento.

De acordo com José Augusto Colodel em seu livro *Matelândia História e Contexto*, Alberto Dalcanale, um dos acionistas da "MARIPÁ", descobriu essas terras hipotecadas e, junto com outros acionistas da "MARIPÁ", como Alfredo PaschoalRuaro, compraram esses imóveis em nome da *Colonizadora Pinho e terras*, e, por sua vez, dividiram e revenderam a colonizadoras

15 GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná. (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste. 2008, p.91.

16 WACHOWICZ, Ruy C. *ObragerosMensus e Colonos: História do Oeste Paranaense*. In: Colodel José Augusto. *Matelândia: História e Contexto*. Cascavel, Assoeste. 1992, p. 161.

menores.

Tomando por base a discussão de Gregory em *Os eurobrasileiros e o e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*, compreende-se que essas empresas colonizadoras buscavam grupos de migrantes trabalhadores rurais que tivessem características voltadas aos interesses econômicos dessas empresas colonizadoras. Características baseadas na pequena propriedade agrícola e policultora, e, posteriormente, já voltadas a projetos de industrialização do espaço. Assim, essas empresas se baseavam no sistema colonizador do imigrante italiano e alemão no sul do Brasil: o sistema familiar de pequenas propriedades.

Desta forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul. As áreas se destinariam a agricultura e à criação para o consumo familiar e para o mercado.¹⁷

O primeiro fluxo migratório para o Oeste do Paraná, para fins de colonização e exploração das terras, se perpetuou com base no sistema de povoamento financiado pela ação de companhias colonizadoras em substituição ao antigo sistema de concessão de glebas, o qual se iniciou na década de 40, indo até meados da década de 60, composto quase em sua maioria de migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, baseado no sistema de pequenas propriedades voltadas, inicialmente, à subsistência.

Esse modelo de empreendimento prosperou com relativa rapidez com a venda de terras e migração de várias famílias de colonos migrantes. Dentre os empreendimentos das companhias colonizadoras, um elemento que chama a atenção são as pequenas e grandes propriedades do distrito de Agro-Cafeeira, pertencente ao município de Matelândia, voltadas à produção de café. Distante aproximadamente cinco quilômetros ao norte da sede do município de Matelândia, a região do distrito e arredores era conhecida pela grande quantidade de propriedades rurais voltadas ao plantio e colheita do café.

Um segundo fluxo migratório é registrado no início da década de 60, indo até final da década de 70, e marca uma diminuição no fluxo migratório de migrantes oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por outro lado, há um aumento no fluxo de migrantes oriundos do norte do Paraná, e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, entre outros, motivados, sobretudo, pela oferta de mão de obra nas lavouras de café, e também pela oportunidade de compra de terras mais baratas que nos seus estados de origem.

A ideologia de trabalho e progresso e a construção de estereótipos.

Em relação ao café, de acordo com a discussão de Colodel em *Matelândia História e Contexto*, pode-se dividir o ciclo econômico do café em Agro Cafeeira e Matelândia em duas fases distintas. A primeira fase vai de 1950 a 1960, marcada pelo cultivo familiar em pequena e média escala pelos colonos gaúchos e catarinenses, popularmente denominados “sulistas”. Empolgados pela “febre” do plantio do café, principalmente no norte do Paraná, tentaram, sem muito sucesso, produzir e comercializar café. Dentre as razões para esse fracasso, também

¹⁷ Ibidem. P. 93.

descritos por Colodel, é pertinente destacar falta de mão de obra especializada, pois os colonos sulistas não tinham experiência com o cultivo do café.

A segunda fase é marcada pela expansão do cultivo do café no município, alavancada pelo crescente fluxo migratório de trabalhadores oriundos do Norte do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, entre outros Estados, denominados também popularmente de “nortistas”. Atraídos pela oferta de mão obra, ou em busca de uma vida melhor, muitos desses migrantes se engajaram como trabalhadores rurais no plantio e colheita do café nos sítios e fazendas na região de Agro Cafeeira (Matelândia). De modo geral, a historiografia oficial diz que esses trabalhadores “nortistas” migraram em busca de trabalho impulsionados pela mão de obra “escassa”, mas, analisando de forma mais crítica, não foi somente esse fator que impulsionou essa corrente migratória.

Tomazi, em *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná*, discute o processo de reocupação da região nortedo Estado do Paraná nos anos 50 e 60. Tomando por base a cidade de Maringá, o autor faz críticas ao que ele chama de historiografia dominante na região, que reproduz a visão das colonizadoras e de uma elite agrária dominante. Essa historiografia dominante, segundo Tomazi, descaracteriza a figura do pequeno agricultor, do trabalhador volante e do posseiro, “excluindo” essas pessoas da história do processo de povoamento e reocupação do norte do Paraná. Como descrito por Tomazi, “A região que havia sido até a década de 70, pólo de atração de milhares de trabalhadores, tornava-se, nessa mesma década, como já vimos, polos de expulsão daqueles mesmos que acreditaram nas potencialidades propaladas e presentes no discurso “Nortedo Paraná”¹⁸.

Com base na discussão de Tomazi, compreende-se que o discurso empregado referente à estigmatização da imagem do trabalhador rural migrante “nortista” parte dos interesses econômicos dos grupos dominantes. Uma vez que não tendo mais relativa importância para os interesses econômicos de algumas regiões ou cidades, ou sua mão de obra não encontrava mais espaço nesses locais, esse trabalhador era “obrigado” a migrar para novas frentes de trabalho. Em outras palavras, percebemos, a partir da discussão de Tomazi, a formação de fronteiras de exclusão em relação a esses trabalhadores nortistas a partir do processo de repulsão de trabalhadores. Caracteristicamente, esse processo também pode ser concebido enquanto um modelo de “dominação conservadora” dos grupos dominantes no norte e noroeste do Paraná, argumento baseado também na construção da ideologia do “progresso”, centrada na imagem do colono migrante sulista. Essa discussão também é enfatizada por Albuquerque em *A dinâmica das fronteiras*, em que o autor discute o processo migratório no leste do Paraguai nas décadas de 1950 a 1980, discutindo também o discurso da ideologia do progresso na figura do agricultor sulista conhecido por “brasiguai”, e a estigmatização do migrante nortista que também esteve presente no processo de ocupação de terras em território paraguaio. Segundo a discussão de Albuquerque:

No Brasil existe ainda hoje uma ideologia bastante acentuada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil que tenta explicar o maior desenvolvimento dessas regiões por causa do trabalho do imigrante europeu. Nesse sentido, a ideologia favorece a produção de estereótipos em relação aos habitantes das regiões menos desenvolvidas

18 TOMAZI, Nelson D. *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná*. In: Dias, Reginaldo B. Gonçalves, José H. R. (Orgs). *Maringá e Norte do Paraná*. Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá. 1999, p.84.

economicamente.¹⁹

De acordo com a discussão de Colodel e Tomazi, do início dos anos 60 até aproximadamente 1975, o plantio do café em Matelândia expandiu, juntamente com a hortelã em franca ascensão também. O município passou a receber imigrantes do norte do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, entre outras regiões. Uma parcela desses migrantes vinha em busca de trabalho nas lavouras de café, das médias e grandes fazendas do município, até conseguirem um terreno próprio para viver. Era uma época de crescimento econômico e grande movimentação da comunidade local em Agro Cafeeira, segundo descreve Colodel em seu livro *Matelândia; História e Contexto*.

Compreende-se que a região oeste do Paraná, caracterizada enquanto espaço fronteiriço, também pode ser entendida enquanto espaço de conflito ideológico e social, a partir de um processo de construção de identidades e do princípio de “alteridade”, presente e estabelecido pelos migrantes sulistas em relação aos migrantes nortistas.

Albuquerque discute a realidade fronteiriça entre Brasil e Paraguai, também a partir do conceito de “*fronteiras em movimento*”, baseando-se nas relações de conflito entre os diferentes sujeitos de variadas frentes migratórias presentes no mesmo espaço. Inclusive, é possível aplicar esse conceito ao discutirmos as relações de alteridade e conflito presentes no processo de construção de identidades e de delimitação do espaço geográfico no processo de colonização pelos sujeitos envolvidos. Esse conceito também pode estar relacionado às relações de trabalho e aos conflitos presentes no processo colonizador e na disputa pela terra. E também na forma como essa relação se altera em determinados contextos históricos, considerando a relação dialética entre sujeito e espaço, associado à dinâmica de trabalho presente, e também a formação de um imaginário popular centrado nas relações de trabalho e no discurso de progresso, trazido pelos imigrantes.

Em várias vilas, que posteriormente viraram cidades, é possível perceber a presença de *fronteiras de inclusão*. Primeiramente, ao considerarmos as características do processo migratório, entendidas a partir da lógica de uma colonização planejada por companhias colonizadoras interessadas na exploração do potencial agrícola e econômico da região, com base em características étnico-linguísticas e socioculturais, privilegiando a vinda de grupos migrantes de colônias de alemães e italianos que já tinham a ideologia de trabalho e progresso, um elemento comum e presente no imaginário popular dos seus locais de origem.

Outro ponto remete ao discurso de progresso implementado pelos corretores de imóveis e sócios das companhias colonizadoras. A necessidade de se “desbravar” uma região “inóspita” e desconhecida enaltecia o imaginário popular do migrante, baseado no discurso do “progresso” e da necessidade de migrar. Nos municípios colonizados por alemães e italianos no início da década de 1950 e 60, é possível entender a relação desses sujeitos e grupos, e a construção de identidades associadas a uma ideologia do “progresso”. Em municípios no oeste paranaense com expressiva presença de migrantes “sulistas”, é possível o uso do conceito de *comunidades imaginadas* de Anderson, ao se definir o processo de formação de comunidades, clubes ou sociedades tradicionalistas nessas cidades.

Um exemplo próximo dessa definição de comunidades imaginadas é a discussão

19 ALBUQUERQUE, José. L. C. *A Dinâmica das fronteiras. Os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010, p.169.

do processo de colonização e formação da cidade de Missal, também no oeste do Paraná, conhecida inicialmente por “Gleba dos Bispos”, e que também, possivelmente, se constituiu em uma “comunidade imaginada”, de acordo com a discussão de Klaucek *Gleba dos Bispos. Colonização do oeste do Paraná*. Segundo a discussão de Klaucek em relação aos migrantes no oeste do Paraná.

Diferentemente do que ocorreu com as levas de imigrantes no século XIX, e até mesmo entre os japoneses no século XX, o processo de ocupação da região consolidou-se em função da construção de uma identidade coletiva assentada em vários fatores articulados que, por fim, redundaram na criação de um espírito comunitário, que suplantou as contradições entre condições, tradições culturais e realidades diversas.²⁰

E na colonização da cidade de Matelândia, também é perceptível esse espírito comunitário, tomando por base os relatos orais, presente na discussão levantada por Colodel no livro “Matelândia: História e Contexto. É possível aplicar o conceito de *fronteiras de exclusão*, primeiramente, ao fazer uma crítica a historiografia local. Embora traga uma discussão crítica, Colodel, ao discutir a história de Matelândia sob diversos aspectos, se mostra muito informativo e linear. Embora traga informações relevantes referentes aos antecedentes históricos da colonização e formação do município, ele centra a discussão na figura e no depoimento dos migrantes mais antigos do município, mas acaba desconsiderando a importância da frente migratória “nortista”, na constituição e formação do município de Matelândia.

Segundo Cancian, fatores relacionados à migração, à ocorrência de geadas e ao preço do café no mercado nacional e internacional influenciaram o surgimento de novas lavouras, inclusive em regiões recentemente colonizadas no Oeste do Paraná, o que, provavelmente, também motivou a migração “nortista” para Matelândia em meados das décadas de 60 e 70. De acordo com Cancian, “as geadas de 1953 impulsionaram ainda mais os preços, e, como resultado, aceleraram os plantios novos, verificando-se em poucos anos a itinerância e expansão da produção em alta escala”²¹.

A chegada de migrantes “nortistas” está relacionada ao aumento da produtividade de café no município de Matelândia, considerando que se situava em uma região recentemente colonizada. Embora não tivesse tradição no plantio de café, atraiu grande parcela de migrantes e trabalhadores temporários em busca de trabalho ou ainda de terras para o plantio de café, no interior do município.

É possível associar *conceito de fronteiras de exclusão* ao fato do deslocamento geográfico desses novos grupos migrantes para as frentes de trabalho das fazendas no interior do município, locais geograficamente distantes da sede municipal, considerando o primeiro núcleo urbano do município, onde se concentravam a maioria dos primeiros migrantes. Embora houvesse uma pequena oferta de terras mais próximas à sede municipal, além da existência de médios e grandes latifúndios em regiões geograficamente mais distantes. Esses latifúndios, tendo em vista o “relativo sucesso com a produção de café” em meados da década de 60, tendo como auge o início da década de 70, atraiu a mão de obra de migrantes “nortistas” do norte do

20 KLAUCK, Samuel. *Gleba dos Bispos. Colonização no Oeste do Paraná. Uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: EST Edições. 2004, p.66.

21 CANSIAN, Nadir A. *Caféicultura Paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981. p.90.

Paraná e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, entre outros. Uma parcela considerável desses migrantes permaneceu trabalhando nas fazendas de café até o seu breve declínio com o advento da popularmente conhecida “geada negra” no ano de 1975. Por outro lado, outras famílias adquiriram terrenos e estabeleceram-se em outros grupos urbanos que, posteriormente, se emanciparam ao final da década de 70, e se constituíram enquanto cidades de característica populacional bastante heterogênea.

É pertinente destacar que, no processo de colonização do Oeste do Paraná, o que se apresenta a “priori em algumas discussões e livros é a imagem de progresso e trabalho constituída na figura dos imigrantes “sulistas”, embora esse discurso parta mais de uma perspectiva de construção de imagem de uma colonização “sulista” associada caracteristicamente à civilização e progresso. Esse discurso está associado à criação de “estereótipos”, nem sempre “negativos”, relacionados à imagem do migrante “nortista”. Uma possível explicação relaciona-se à questão da diferença e sua afirmação como diferente, uma diferença simbólica, como discutido por Klauck:

Esta constatação abre caminho para o estabelecimento de uma dicotomia entre uma coletividade, unida em torno do *nós*, em oposição aos grupos que não conseguiram, em função da desproporção de recursos humanos, materiais e simbólicos, estabelecer sua memória de forma expressiva.²²

Outra hipótese quanto à possível construção de estereótipos que se referem ao migrante denominado “nortista” é a associação da identidade do imigrante “nortista” à imagem dos posseiros. Esses elementos, denominados posseiros, adentravam por vezes terras consideradas “devolutas”, ou em disputa judicial, na esperança de conseguir a titulação definitiva das terras por posse pelo Estado. Os litígios relacionados à disputa por terra no Estado do Paraná remontam ao fim da sesmaria e à lei de terras de 1.850, e se intensificaram na região Oeste do Paraná por volta do final da década de 50 e início da de 60, perdurando até a década de 70 e 80 em algumas regiões. E ocorreram, em alguns casos, devido a disputas judiciais relacionadas à “retitulação” de terras consideradas “devolutas” pelo governo do Estado do Paraná, mas que já estavam ocupadas devido a títulos de propriedade expedidos pela união, ou ainda pelas companhias particulares ou terceiros o que gerou conflitos, inclusive no interior do município de Matelândia.

Considerando o período do aparecimento desses conflitos de terras nas décadas de 60 e 70, pode-se inferir ter sido esse o mesmo período de maior fluxo de imigração de migrantes “nortistas”, de modo geral, embora o acontecimento de litígios de terra não tenha nenhuma relação comprovada com a migração “nortista” para o Oeste do Paraná. No imaginário popular do imigrante sulista e na visão das companhias colonizadoras, pode haver uma relação ambígua entre a migração “nortista” e os litígios por terra.

Outra figura importante são os jagunços e pistoleiros contratados pelos fazendeiros e empresas colonizadoras para a defesa dos seus interesses, embora, segundo o imaginário popular, a imagem desses elementos remeta à sua péssima reputação. E também estão associados a eles os crimes de assassinato cometidos contra famílias de migrantes e trabalhadores em várias localidades no oeste e sudoeste do Paraná, inclusive em Matelândia.

22 Idem. p.67.

Crimes motivados pela grilagem de terras ou ainda interesses particulares quando não relacionados às companhias colonizadoras, fato ainda pouco pesquisado e discutido pela historiografia local.

De modo geral, possivelmente tenha ocorrido uma ligação e associação desses fatos ao fluxo migratório e à construção de um estereótipo negativo do “nortista”, baseado na origem desses sujeitos, além da questão étnica e do imaginário popular do migrante “sulista” associado ao discurso do “progresso”. Caracterizado também pelo estereótipo do “pioneiro”, do desbravador, em uma região em que o desenvolvimento da monocultura esteve associado a interesses econômicos das elites locais e do governo do Estado.

Assim o desenvolvimento da monocultura esteve associado ao “progresso” e desenvolvimento na visão dos grupos políticos e empresariais que controlam os meios de produção. Entretanto, o que podemos concluir e que se vislumbra é um discurso modernizador e desigual, uma vez que somente alguns grupos sociais e sujeitos lograram êxito com a modernização e mecanização das lavouras, e nem todos os proprietários tinham condições de pagar as altas taxas de financiamento da época.

Recebido em 16 de dezembro de 2013, aprovado em 10 de junho de 2014.